

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: uma falácia discursiva

Claudionor Alves da Silva¹

Eixo temático: Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este trabalho de revisão se insere no contexto de uma pesquisa em andamento, intitulada “Alfabetização, leitura e escrita: concepções, práticas pedagógicas e formação docente”, desenvolvida junto ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e propõe-se tecer uma reflexão acerca da Política Nacional de Alfabetização instituída pelo governo federal. Essa reflexão foi motivada pela seguinte questão-problema: Até que ponto a implementação de uma política, pautada em questões ideológicas, é suficiente para solucionar o fracasso da alfabetização? Para tanto, analisou-se, numa perspectiva discursiva, o Decreto nº 9765, da Presidência da República e fragmentos de um dos discursos do MEC sobre a implantação da PNA. Concluiu-se que a implementação de uma política por viés ideológico não basta para solucionar o problema da alfabetização, até porque não é papel do governo definir abordagem teórica que fundamente as práticas das professoras.

Palavras-chaves: Alfabetização; Discurso; Política Nacional de Alfabetização.

1 Introdução

Nas últimas quatro décadas, muito se tem discutido e muito se tem pesquisado sobre a alfabetização. Como resultado, muitos avanços se têm conquistado e, de algum modo, influenciado as práticas pedagógicas de alfabetização. Entre esses avanços, diz-se da concepção de alfabetização, que deixa de ser entendido como a simples decodificação das letras em fonemas, que compõem palavras, frases e textos e passa a ser compreendido como a apropriação de práticas comunicativas mediadas pela escrita. É, portanto, um processo que envolve a apropriação do sistema de escrita, mas não se limita a ela. A alfabetização implica os usos da leitura e da escrita, implica a participação em eventos comunicativos nos quais faz parte a leitura e a escrita.

No ano de 2019, o Ministério de Educação (MEC) elege o lema “Alfabetização acima de tudo”, no mesmo momento em que o governo anuncia cortes no orçamento, inclusive da educação, o que inviabilizou, entre outras atividades, o desenvolvimento da pesquisa científica no âmbito da universidade. Com esse lema, o governo procura romper não só com as políticas

¹Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosário - AR. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Contato: claudionor.silva@uesb.edu.br.

e ou propostas de alfabetização vigentes, por questões ideológicas, ao atribuir a Paulo Freire e aos estudos acerca do construtivismo a responsabilidade pelo fracasso da educação brasileira. Daí a implantação da Política Nacional de Alfabetização, a partir de agora PNA, com o argumento de que a alfabetização passa a ser baseada em evidências científicas.

Este trabalho se insere no contexto de uma pesquisa em andamento, intitulada “Alfabetização, leitura e escrita: concepções, práticas pedagógicas e formação docente” e, neste trabalho, propõe uma reflexão a partir da seguinte questão-problema: Até que ponto a implementação de uma política é suficiente para solucionar o fracasso da alfabetização, tendo em vista as questões ideológicas?

Com relação à metodologia, analisou-se o Decreto nº 9765, da Presidência da República, mais especificamente, seu artigo primeiro e fragmentos de um dos discursos do MEC, veiculado pela plataforma Youtube, no qual anuncia a implantação da PNA. A análise foi desenvolvida na perspectiva da análise do discurso de Foucault (2003 e 2007), considerando que suas problemáticas, conforme Gregoglim (2015), estão sempre articuladas a uma reflexão sobre os discursos. Nesse sentido, Foucault (2003, p. 255-256) afirma que:

O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições.

Os discursos, assim, ao serem disseminados socialmente, se infiltram nos mais diversos espaços por onde os sujeitos circulam, sem se limitar a nenhum desses espaços. No item a seguir, são discutidos alguns dos antecedentes relacionados às políticas públicas voltadas para a alfabetização, tendo como marco histórico a Conferência Mundial de Educação para Todos.

2 Antecedentes

A partir da década de 1990, o Brasil começa a estabelecer uma agenda educacional e reconhece a necessidade de fazer reformas, ainda que pressionado por diversos segmentos, como o movimento dos educadores. Até os anos 50 do século passado, pouca atenção se deu à educação, no país. Conforme o senso educacional, em 1960, apenas cerca de 60% das crianças de 7 a 14 anos frequentavam a escola e se registrava uma taxa de 40% de analfabetismo. Na última década do século XX, o país registra uma taxa de 89% de crianças na escola e a taxa de analfabetismo reduziu para 16%. No entanto, apenas 50% das

crianças que se matriculavam no 1º ano do ensino fundamental permaneciam na escola até concluir essa etapa do ensino e, em média, levava 12 anos para essa conclusão.

Sob pressão do movimento dos educadores e de outros movimentos, preocupados com a educação do país, diante da nova ordem mundial, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, o que representa uma conquista para a nação. A partir dessa Lei, em relação à alfabetização, as mudanças não ocorreram apenas nos níveis de ensino, mas também na forma como se passou a conceber essa etapa de ensino. A alfabetização passou, assim, a ser objeto de estudo por parte de diversos grupos de pesquisa, professores e teóricos da educação.

A disseminação desses estudos, no campo da linguagem, é feita por meio da ampla divulgação do documento Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que subsidiou a formação continuada dos professores, desenvolvida pelo Programa Parâmetros em Ação e Programa de Formação Continuada de Professores alfabetizadoras (PROFA). O primeiro programa foi desenvolvido a partir de 1998 pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC), cujo objetivo foi apoiar os sistemas de ensino orientando-os na formulação e no desenvolvimento de projetos educativos e de formação do exercício profissional de professores, formadores, coordenadores, técnicos e especialistas. O PROFA, lançado no ano 2000, também pela SEF/MEC objetiva oferecer novas técnicas de alfabetização, originadas dos estudos acerca da psicogênese da língua escrita.

Esses programas levam em conta a nova concepção de aprendizado da leitura e da escrita, ao compreenderem, conforme as ideias de Ferreiro e Teberosky (1999), aqui rotuladas de alfabetização construtivista, de que a alfabetização não é um processo baseado na percepção e memorização e mais, para que a criança aprenda a leitura e a escrita, ela precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

No ano de 2006, com a aprovação da Lei nº 11.274, que amplia o ensino fundamental para nove anos, com matrícula obrigatória de crianças aos seis anos, alterando, assim, a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB/1996. O ingresso mais cedo na escola, conforme essa Lei, pretende oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que as crianças prossigam nos estudos e alcance maior nível de escolaridade (BRASIL, 2007).

Em 2012 foi lançado o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) com o propósito de garantir que todas as crianças fossem alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma plena. Por se tratar de um pacto, o PNAIC refere-se a um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar

que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Com a mudança de governo, no ano de 2016, o PNAIC foi sendo pouco a pouco descaracterizado até a sua extinção, no ano de 2019, quando é instituída a PNA.

3 A falácia discursiva da PNA

A PNA foi instituída pelo Decreto nº 9765, de 11 de abril de 2019 afirma no Art. 1º o seguinte:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.

A afirmação de que a alfabetização passa a ser baseada em evidências científicas, implica a negação e ou o rompimento com os estudos e pesquisas até então desenvolvidos, que estejam em desacordo com tais evidências. No Brasil, há pelo menos quarenta anos, vem sendo desenvolvidas inúmeras pesquisas, que muito têm contribuído com o processo de alfabetização, que não cabe aqui, em função do espaço apresentá-las. No entanto, sem menosprezar nenhuma, vale destacar os estudos de Soares (1985, 2003 e 2015), bem como os estudos desenvolvidos por Moraes (2012, 2019a, 2019b).

Grande parte das pesquisas desenvolvidas no Brasil tiveram influência dos estudos acerca da psicogênese da língua escrita, por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que apresentam diversas contribuições para o processo de alfabetização. Entre tais contribuições destacam o reconhecimento de que as crianças constroem conhecimentos antes e durante o processo de escolarização, o que permitiu aos professores novos olhares para o objeto de conhecimento e para o processo de ensino e aprendizagem. Conforme Moraes (2012, p. 75),

A teoria da psicogênese da escrita, desde seu anúncio, nos chamou a atenção para a natureza social dos objetos língua escrita e sistema de escrita alfabética. Assim, evidenciou que as oportunidades de vivenciar práticas de leitura e escrita influenciam muitíssimo o ritmo do processo de apropriação do sistema alfabético e dos conhecimentos sobre a linguagem usada ao escrever.

Desse modo, as professoras passaram a considerar a importância do conhecimento da realidade social das crianças. Isso fez com que elas passassem a dialogar com as crianças no contexto da aula sobre o que sabiam, sobre o que aprenderam, sobre o que desejavam

aprender etc. Nessa perspectiva, a medição toma o lugar da transmissão de informações prontas. A psicogênese contribuiu, então, para produção de práticas de ensino a ponto de proporcionar às crianças meios de reflexão sobre a escrita, a linguagem, o sistema etc.

Com relação à ênfase dada ao termo “evidências científicas”, como se fosse exclusividade da pesquisa na área da Psicologia da leitura e da Neurociência, é importante lembrar que, toda e qualquer pesquisa séria, como as desenvolvidas na área da alfabetização, por meio de seus diversos grupos de pesquisa, inclusive cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apresentam evidências científicas. Esses trabalhos não podem ser descaracterizados, anulados nem negados por um discurso marcado por questões ideológicas, como o discurso presente no texto da PNA.

O caráter autoritário e antidemocrático da PNA, além do discurso, está presente, inclusive na forma como essa política foi instituída: por meio de decreto presidencial, portanto, sem ampla discussão com a comunidade acadêmica e científica, com as professoras alfabetizadoras e suas redes de ensino. Como lembra Mortatti (2019, p. 27), “- a PNA infringe princípios estabelecidos pela Constituição Federal do Brasil (1988), em particular, no Art. 206: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; e “III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

O discurso do MEC, ao anunciar a PNA explicita que a nova política foi instituída por questões ideológicas: “[...] tem um fetiche no Brasil que não sai, a gente não consegue se livrar: tem algum país do mundo que segue Paulo Freire, fora o Brasil? [...] É só o Brasil que está, há bastante tempo, insistindo nisso e o resultado [...]?” (Abraham Weintraub, 2019)². O ministro fez referência aos 54,73% dos estudantes do 3º que, conforme a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada no ano de 2016, tiveram resultados insatisfatórios em leitura. Conforme esse discurso, o baixo desempenho dos estudantes brasileiros, em relação à leitura, se deve ao fato de o Brasil adotar a abordagem freireana de educação.

Atribuir o fracasso no processo de alfabetização a Paulo Freire é uma falácia e reafirma-se que a instituição da PNA se deu por questões ideológicas. E mais, o discurso autoritário e antidemocrático, que impõe uma abordagem teórica exclusiva, no caso da Psicologia cognitiva da leitura e da Neurociência, objetiva promover a negação, a exclusão e por que não dizer o apagamento da história e da memória das evidências científicas das pesquisas desenvolvidas desde os anos de 1980, sob o rótulo de construtivistas ou não. Como afirma Foucault (2019, p.7), “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa,

² Fragmento do discurso do ministro da educação, Abraham Weintraub, transcrito do vídeo *Saiba mais sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA)*, veiculado pela plataforma Youtube.

as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”.

Sobre as pesquisas e suas contribuições para a alfabetização, com as quais a PNA rompeu, aborda Morais (2019, p. 71):

[...] nossas pesquisas, feitas desde o início dos anos 1980, nos levam a ter visões completamente diferentes da PNA tanto a respeito de como crianças aprendem o SEA, quanto sobre a necessidade e adequação de conciliarmos letramento e alfabetização. Nossas investigações também nos ensinam sobre a necessidade de termos metodologias de alfabetização que não abracem métodos fônicos, assegurando a pluralidade de saberes dos docentes e de necessidades de aprendizagem dos alunos e das alunas. Como pesquisadores, não abrimos nem abriremos mão de um olhar construtivista, que supera a visão adultocêntrica e associacionista de aprendizagem abraçada pelos defensores dos métodos fônicos. É preciso repetir: defendemos o ensino de várias habilidades de consciência fonológica, mas temos evidências de que muitas tarefas de consciência fonêmica são desnecessárias para alguém se alfabetizar e só são resolvidas quando a criança é capaz de recuperar em sua mente a imagem gráfica das palavras. Ademais, nossas pesquisas demonstram que a consciência fonológica é uma condição necessária, mas não suficiente, para as crianças poderem se beneficiar de um ensino sistemático de relações entre letras e sons.

Na perspectiva foucaultiana, a imagem ocupa um lugar importante na sociedade e, talvez por isso, muitos produzem discursos que estabelecem certas verdades ou vontade de verdade no meio social. Isto quer dizer que todo discurso obedece a uma determinada ordem do discurso, tal como afirma Fernandes (2012, p. 22): “[...] discursos, por sua vez, obedecem a determinações históricas; é a história que lhes assegura condições de possibilidade”. Na perspectiva de Foucault (2019), o discurso é sempre um jogo estratégico e de luta e é indissociável do exercício do poder.

4 Considerações finais

A instituição da PNA, como proposta para a melhorar a qualidade da alfabetização, nega todos os esforços, avanços, propostas e políticas implementadas anteriormente. Por meio do discurso, o então ministro da educação reforça que não está “[...] inventando a roda. A gente está fazendo o que os países que conseguem alfabetizar bem as suas crianças fazem”. Então, copiar, imitar ou fazer o mesmo que os outros países estão fazendo, ainda que não se tenha clareza do que os outros países estão realmente fazendo, é mais importante do que realizar uma avaliação criteriosa, um diagnóstico próprio. É preciso alertar que a cópia é perigosa, pois não dá para aceitar que todos os países tenham a mesma realidade, as mesmas condições socioeconômicas e viveram os mesmos problemas que o Brasil, sem abordar a realidade linguística e outros fatores relacionados à linguagem, que estão

entrelaçados com as questões sociais, econômicas e culturais.

De nada adianta uma política ser baseada em evidências científicas se as professoras, que atuam em sala de aula, desconhecem essas evidências, não participaram das discussões a respeito, até porque não houve discussão com as professoras. Antes, é preciso dizer que, de fato, é papel do MEC/governo instituir políticas públicas, mas definir a abordagem teórica, a metodologia de ensino, parece um tanto equivocada para um país que se diz democrático. Acredita-se que as professoras devam, sim, estar munidas dos mais variados referenciais teórico-metodológicos, dos quais se extrairam as evidências necessárias para planejar suas atividades de ensino.

Por tudo isso, o governo e a equipe que lidera o processo educacional precisa aproveitar o tempo para levar a sério a Educação. Não se faz Educação de qualidade, descaracterizando, por questões ideológicas, propostas e políticas anteriores existentes, muito menos as imaginadas, bem como os teóricos e educadores que, porventura, orientaram a instituição de tais políticas de outrora.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **MEC**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2007.

_____. **MEC**. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

_____. **MEC**. PNA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6hRyimZXJQ>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

FERREIRO, Emilia; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1999.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. – São Paulo: Loyola, 2019.

_____. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. In: FLORES, G.G.; NECKEL, N.R.F.; GALLO, S.M.L. (org). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

_____. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização.**- 1. ed. -
- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019a.

_____. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de Decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf.** Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 66-75 | jul./dez., 2019b.

Mortatti, Maria do Rosário Longo. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf.** Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 26-31 | jul./dez., 2019.

Soares, Magda. **As muitas facetas da alfabetização.** Cad. Pesq., São Paulo, 1985.

_____. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Alfabetização no Brasil:** a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2015.